

# ORA newsletter

---

Nº 55 – AGOSTO/2011  
(circulação limitada)

## Assuntos

Resumo Fiscal/Legal – Julho de 2011	1
Goodwill e Testes de Imparidade (Parte I)	1
Revisores e Auditores	5

## LEGISLAÇÃO FISCAL/LEGAL – JULHO DE 2011

**Assembleia da República - Resolução da Assembleia da República n.º 112/2011, de 11 de Julho** - Constituição de uma comissão eventual para acompanhamento das medidas do programa de assistência financeira a Portugal. A comissão tem por objecto o acompanhamento da implementação das medidas e do cumprimento dos objectivos definidos no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal e funcionará durante a vigência do referido programa.

**Presidência do Conselho de Ministros - Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2011, de 11 de Julho** - Cria a estrutura de missão para o acompanhamento da execução do memorando conjunto com a União Europeia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Central Europeu.

**Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de Julho** - Visa reforçar os requisitos de fundos próprios para a carteira de negociações e para as retitularizações, bem como os poderes do Banco de Portugal em matéria de políticas de remuneração, transpondo a Directiva n.º 2010/76/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de Novembro, que altera as Directivas n.os 2006/48/CE e 2006/49/CE, procedendo à vigésima terceira alteração ao Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 103/2007, de 3 de Abril.

**Ministério das Finanças - Decreto-Lei n.º 90/2011, de 25 de Julho** - Elimina os direitos especiais detidos pelo accionista Estado na EDP - Energias de Portugal, S. A., na GALP Energia, SGPS, S. A., e na Portugal Telecom, SGPS, S.A..

## GOODWILL E TESTES DE IMPARIDADE – PARTE I

### Introdução

O ambiente competitivo em que as empresas laboram e a maior globalização da economia, tornam as concentrações de actividades empresariais cada vez mais frequentes. Efectivamente, as concentrações permitem reforçar a competitividade das empresas, possibilitam a sua actuação num mercado global, facilitam o acesso a novos produtos e

# ORA newsletter

---

**Nº 55 – AGOSTO/2011**  
(circulação limitada)

mercados, promovem economias de escala, sinergias e favorecem a diminuição dos riscos da concorrência.

Estamos perante uma concentração de actividades empresariais quando existe a fusão de duas ou mais empresas anteriormente independentes, por absorção de uma ou mais empresas por outra; ou pela constituição de uma nova empresa, existindo, neste caso, dissolução de outras.

Inerente a uma concentração de actividades empresariais está o *goodwill*, o qual se pode apresentar de duas formas: positivo e negativo.

Com a entrada em vigor do decreto-lei n.º 158/2009, diploma que revogou o Plano Oficial de Contabilidade (POC) e aprovou o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as empresas depararam-se com alterações no tratamento e contabilização de algumas operações, sendo o tratamento do *goodwill* uma dessas situações.

## Apuramento do Goodwill

O *goodwill* encontra-se regulado na Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 14 – Concentrações de Actividades Empresariais. Conforme referido no §9 desta norma, o *goodwill* corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos, representando a diferença entre o custo da concentração de actividades empresariais e o interesse do adquirente no justo valor líquido dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis (§23).

Por outras palavras, o *goodwill* corresponde ao excesso pago pelo adquirente, na data da compra, pela proporção adquirida do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificáveis, correspondendo à expectativa de lucros futuros, ou seja, a uma antecipação de benefícios económicos futuros não possíveis de serem individualmente identificados e separadamente reconhecidos (§ 33).

Assim, para se apurar o valor do *goodwill*, deve-se ter presente os seguintes aspectos:

- O montante a pagar pela aquisição (custo da aquisição);
- O valor contabilístico dos capitais próprios da adquirida;
- O valor contabilístico dos activos, passivos e passivos contingentes;
- O justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes.

De modo a se proceder ao apuramento do *goodwill*, dever-se-á apurar a diferença entre o valor contabilístico dos activos, passivos e passivos contingentes e o seu justo valor, diferença essa que vai ser sujeita a impostos diferidos. A diferença final vai possibilitar o apuramento de um capital próprio ajustado, correspondendo o *goodwill* à diferença entre esse capital próprio ajustado e o montante a pagar pela aquisição.

O *goodwill* tanto pode ser positivo como negativo, dependendo tal situação do facto do custo de aquisição ser superior ou inferior ao capital próprio ajustado. Assim, se o custo de aquisição

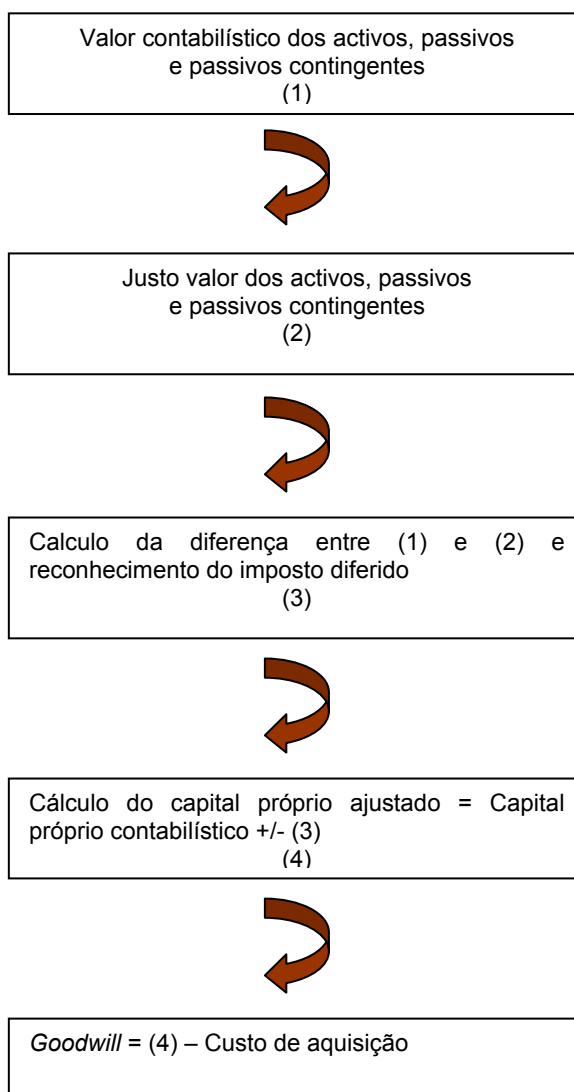
# ORA newsletter

---

**Nº 55 – AGOSTO/2011**  
(circulação limitada)

for superior ao capital próprio ajustado estamos perante um *goodwill* (positivo), na situação inversa, ou seja, o custo de aquisição ser inferior ao capital próprio ajustado, estamos perante um *goodwill* negativo.

Esquemáticamente temos:



# ORA newsletter

---

**Nº 55 – AGOSTO/2011**  
(circulação limitada)

## **Contabilização inicial do *goodwill***

Resumidamente, o *goodwill* representa o valor extra atribuído a uma empresa (adquirida) por características difíceis de mensurar e de identificar, como uma marca, reputação, posição competitiva no mercado, patentes, lista de clientes, (entre outros), e que são indícios de que, no futuro, possam advir para a empresa adquirente benefícios económicos de, pelo menos, igual montante.

De acordo com o POC, o *goodwill* proveniente de uma concentração de actividades empresariais era registado como um activo, sendo valorizado ao custo menos amortizações acumuladas.

As amortizações eram efectuadas por 5 anos, podendo as mesmas atingir 20 anos, desde que tal fosse devidamente justificado.

De acordo com o § 9 da NCRF 14, conforme já anteriormente referido, o *goodwill* corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de activos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos. Na medida em que esses elementos não podem ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos, o mesmo não cumpre os critérios para ser considerado um activo intangível. Do mesmo modo, também não pode ser considerado um activo tangível, visto não ser um item que seja para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para arrendamento ou para fins administrativos, conforme requisitos do § 6 da NCRF 7 – Activos Fixos Tangíveis.

Apesar destes aspectos, a NCRF 14, no seu § 32, exige que o *goodwill* seja reconhecido como um activo, sendo inicialmente mensurado pelo custo, e posteriormente reconhecido pelo custo menos perdas por imparidade acumuladas. Assim, o *goodwill* deverá ser reconhecido a débito numa conta de Investimentos financeiros.

Relativamente ao *goodwill* negativo, e de acordo com o estipulado no § 36 da mesma NCRF, dever-se-á proceder ao seu reconhecimento imediatamente em resultados, mais especificamente numa rubrica de Rendimentos e Ganhos.

## **Contabilização subsequente do *goodwill***

Conforme já referido, após o reconhecimento inicial do *goodwill* proveniente de uma concentração de actividades empresariais, o mesmo deve ser mensurado, de acordo com o § 35 da NCRF 14, ao custo menos perdas por imparidade acumuladas.

# ORA newsletter

---

**Nº 55 – AGOSTO/2011**  
(circulação limitada)

Neste aspecto reside a grande diferença do actual normativo para o POC, o qual permitia a amortização do *goodwill*. De facto, a NCRF 14 obriga a que o mesmo seja sujeito a testes de imparidade, no mínimo, com uma periodicidade anual. Estes testes podem ser efectuados com uma periodicidade inferior, sempre que surjam acontecimentos ou alterações nas circunstâncias que indiquem que possa existir imparidade, matéria que abordaremos na nossa próxima ORA Newsletter.

**- Susana Machado -**

## **Bibliografia**

- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 12 – Imparidade de Activos.*
- *Norma Contabilística e de Relato Financeiro 14 – Concentrações de Actividades Empresariais.*
- *Norma Interpretativa 2 – Uso de Técnicas de Valor Presente para Mensurar o Valor de Uso.*
- *“Reconhecimento e Reversão de Perdas de Imparidade em Unidades Geradoras de Caixa”, por Ana Luísa Nabais Aniceto, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 38, de Julho / Setembro de 2007.*
- *“Normativo Contabilístico Internacional e o Goodwill nas Concentrações de Actividades Empresariais”, por Maria Dolores Salvador Montiel e Fernando Ruiz Lamas, Revista TOC da OTOC n.º 87, de Junho de 2007.*
- *“As Concentrações de Actividades Empresariais Segundo a IFRS 3”, por Maria da Conceição da Costa Marques, Revista Revisores & Auditores da OROC n.º 38, de Julho / Setembro de 2007.*
- *“A IAS 36 – Imparidade de Activos: Impacto, Problemas e Valorização”, por Maria da Conceição da Costa Marques.*

## **REVISORES E AUDITORES**

A Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) emitiu, recentemente, uma Circular sobre o **“Projecto do Novo Código de Ética”**. Não obstante tratar-se de um documento preliminar e, como tal, distribuído apenas para recolha de comentários e sugestões, consideramos relevante salientar algumas notas, que se encontram vertidas no respectivo preâmbulo.

As múltiplas disposições da 8ª Directiva foram, já em grande parte, transpostas para o ordenamento jurídico e acolhidas na legislação e regulamentos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Assim, os actuais preceitos dos capítulos daquela Directiva respeitantes ao acesso à profissão, à formação contínua e ao reconhecimento mútuo (Capítulo II), ao registo (Capítulo III), ao controlo de qualidade (Capítulo IV), às inspecções e procedimento disciplinar (Capítulo VI), à supervisão pública e acordos regulamentares entre Estados-Membros da União Europeia (Capítulo VII), à designação e destituição (Capítulo IX), às especificidades relativas à revisão legal das contas de entidades de interesse público (Capítulo X) e aos aspectos internacionais (Capítulo XI) estão, desde 2009, contemplados no Estatuto da Ordem, no diploma legal que disciplina a Supervisão Pública e nos diversos Regulamentos da Ordem.

# ORA newsletter

---

**Nº 55 – AGOSTO/2011**  
(circulação limitada)

O documento em análise concentra-se no conteúdo das normas que devem dar corpo às disposições do Capítulo IV da supracitada Directiva (Deontologia Profissional, Independência, Objectividade, Confidencialidade e Sigilo Profissional) e segue o Código de Ética da IFAC, destacando-se os seguintes aspectos:

- i) Uma marca distintiva da actividade dos revisores oficiais de contas (auditores) é a sua aceitação da responsabilidade para agir no interesse público competindo-lhe, por isso, ir muito para além da satisfação das necessidades de um cliente em particular;
- ii) Exercendo funções de interesse público, os auditores devem observar e cumprir o Código de Ética da OROC que define os princípios éticos fundamentais aplicáveis e apresenta um quadro conceptual para os implementar com o objectivo de:
  - Identificar ameaças ao cumprimento dos princípios fundamentais;
  - Avaliar a importância das ameaças identificadas; e
  - Aplicar as salvaguardas necessárias, para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável.
- iii) O auditor deve usar o julgamento profissional ao aplicar este quadro conceptual.
- iv) As circunstâncias em que os auditores desenvolvem a sua actividade podem criar ameaças específicas ao cumprimento dos princípios éticos fundamentais. É impossível identificar todas as situações que podem criar tais ameaças e especificar as acções para as mitigar.
- v) O auditor deve estabelecer os controlos e procedimentos de auditoria necessários que lhe permitam identificar qualquer ameaça significativa que possa afectar o desenvolvimento da sua prática profissional e, na medida do possível, planificar as acções apropriadas para cada tipo de ameaça.
- vi) Quando o auditor determinar que não estão disponíveis salvaguardas apropriadas ou elas não podem ser aplicadas para eliminar as ameaças ou reduzi-las a um nível aceitável, deve eliminar a circunstância ou o relacionamento que cria as ameaças ou recusar o trabalho ou renunciar ao mandato.

***Nota:** Esta publicação da ORA é genérica e o objectivo é meramente informativo. Não tem a intenção de substituir a necessidade de consulta dos diplomas mencionados ou o recurso a opinião profissional para os temas tratados em função dos casos concretos de cada entidade.*